

**FUNDAÇÃO FLORESTAL
PARQUE ESTADUAL INTERVALES
PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL**

**SÍNTESE DO SEMINÁRIO
“RESULTADOS PARCIAIS DO PLANO DE GESTÃO
EMERGENCIAL”**

INTRODUÇÃO

O seminário foi realizado na sala de reuniões da Divisão de Dasonomia do Instituto Florestal, nos dias 30 e 31 de maio de 1996.

Através do pronunciamento do diretor de Operações, Cláudio Maretti, que abriu o seminário, foi colocada a postura da Fundação Florestal com relação à gestão das Unidades de Conservação, que vai aqui itemizada:

- O Parque Intervales é um patrimônio público e portanto não cabe à Fundação Florestal tomar decisões isoladas sobre o que deve ser feito. Neste sentido é nossa obrigação abrir, para fazer deste plano de gestão um processo participativo.
- Vem se estabelecendo um movimento de renovação dos modelos de gestão das unidades de conservação, necessário e lento. Esta é uma posição da Fundação Florestal, mas acreditamos que seja também do Instituto Florestal e do Probio.
- Acerca do encaminhamento do plano, uma parte pouco consistente, ainda, é a parte política. Falta representatividade das prefeituras, das comunidades, dos empresários, da mídia, enfim, de um espectro mais amplo da sociedade. O que deve acontecer, com a colaboração de todos que já vem participando do processo.
- Quatro pontos são fundamentais para o Plano de Gestão Emergencial do PEI:
 - Integração regional, que passa por dois pontos: integração com as UCs vizinhas e o serviço que o parque tem de prestar ao entorno regional. O parque não é uma ilha, em termos de conservação e de desenvolvimento sustentado.
 - Prioridade para o ecoturismo, pesquisa e conservação. A pesquisa deve ser voltada à conservação, mas também ao desenvolvimento sustentável.
 - Aumentar o caráter de participação na elaboração do plano, para que não haja simplesmente reuniões, muitas vezes compondo uma “falsa” participação.
 - Ao final do plano, também, uma gestão aberta, participativa e democrática.

- Deve-se pensar prioritariamente no Vale do Ribeira, no seguinte sentido:
 - Se de um lado temos de aumentar a nossa capacidade de controlar a área que é patrimônio público, que tem riquezas naturais, de outro lado deve haver uma postura e também servir ao desenvolvimento sócio-econômico da região, para que não fiquemos com a visão militarista de controle à invasão. Devemos trabalhar pelas alternativas de desenvolvimento, inclusive com as comunidades que hoje roubam palmito.
 - Devemos melhorar as condições de pesquisa na região, desenvolvendo uma base especial para tanto. A FF não dispõem de recursos e deve buscar co-financiadores, apresentando projetos de financiamento para agencias internacionais de conservação, e outras.
 - Devemos procurar modelos para instalar um centro de ecoturismo naquela região, para disponibilizar esse patrimônio público para as populações, as comunidades e quem queira e posa visitá-lo, sem esquecer da componente econômica.
 - É preciso implantar o parque na região que compreende as glebas Xiririca, mas implantar dentro deste movimento de renovação dos modelos de gestão das Ucs. Temos que respeitar a legislação ambiental e a legislação que protege os direitos das comunidades tradicionais que se utilizam dos recursos hoje inseridos no PEI.

- Temos de pensar na sustentabilidade econômica das unidades de conservação: ou melhoramos a condição de gestão, ou perderemos o patrimônio e não atenderemos as comunidades vizinhas.

- Reconhecimento e agradecimento da Fundação Florestal: a todas as instituições e pessoas que vem colaborando de forma pronta e eficiente, apesar de todas suas próprias obrigações e rotinas. Desejamos manter este grupo até a conclusão não do Plano de Gestão Emergencial, mas do Plano Diretor e com recomendações e acompanhamento na gestão do parque.

ASPECTOS GERAIS

O Plano de Gestão Emergencial para o Parque Estadual Intervales está sendo elaborado através da colaboração das diversas instituições, tanto da SMA quanto de outros órgãos estatais e não estatais, cujos técnicos compuseram subgrupos de trabalho relacionados a temas específicos, dentro de suas especialidades. Cada um dos grupos vem desenvolvendo seus trabalhos de forma isolada, com o acompanhamento da Fundação Florestal. Fazia-se necessária uma consolidação dos diversos grupos, para que fosse possível a cada um dos colaboradores a visão global de todo o plano. Neste sentido realizou-se o seminário, com a participação de cerca de 30 pessoas, conforme lista anexa.

O seminário transcorreu em três etapas:

- apresentação dos resultados parciais dos diversos temas, pelos subgrupos;
- discussão para consolidação e norteamto das ações do plano e proposições futuras para o parque;
- discussão de avaliação e encaminhamentos para o Plano de Gestão Emergencial.

Apresentaremos, a seguir, cada uma destas etapas.

Etapa 1: RESULTADOS PARCIAIS, POR TEMAS DE SUBGRUPOS

1. MAPA BASE

Componentes do subgrupo: Pedro Luiz Donzelli - IAC/SAA
Elizabeth Buschel - CPLA/SMA

O mapa base do Parque Estadual Intervales está sendo reformulado, em função, principalmente da anexação das glebas Xiririca A e B à Fazenda Intervales. O trabalho está sendo elaborado no Instituto Agrônômico de Campinas, que já havia realizado o mapa base da Fazenda Intervales, nas versões digitalizada e desenhada.

Resultados parciais:

- Estão sendo elaboradas duas cartas em escala 1:50.000: Planimetria (com a rede de drenagem e as estradas principais) e Unidades de mapeamento de solos e declividade, digitalizadas. As informações para a elaboração das cartas são provenientes do Sistema Geográfico de Informações, utilizado pelo IAC e o Macrozoenamento do Vale do Ribeira, desenvolvido pela CPLA, disponível em disquetes.

Pendências:

- Será necessária uma revisão dos limites e da rede de drenagem, antes da versão definitiva.
- Não há, ainda, uma equipe de desenhistas disponíveis para a elaboração da versão em papel vegetal.
- Existe a possibilidade de reprodução em ploter do trabalho digitalizado, entretanto, é preciso proceder-se à conversão do material elaborado nos equipamentos do IAC para os equipamentos do IF (sistema CAD), possibilitando assim a utilização do ploter do IG, o que dispensaria o trabalho dos desenhistas. A Fundação Florestal deve arcar com as despesas de papel e tinta da impressão.

2. FAUNA

4

Componentes do subgrupo: Wesley R. Silva - UNICAMP
Eleonora Trajano -USP
Fábio Olmos - IF

As informações sobre a fauna do Parque Estadual Intervales referem-se a dados levantados somente na Fazenda Intervales. Os componentes do subgrupo fauna procederam a uma revisão dos trabalhos realizados até o momento. O anexo 2 traz uma tabela com dados compilados por Kátia Pisciotta, a partir dos textos elaborados pelos pesquisadores citados, tendo sido apresentada desta forma no seminário.

Resultados parciais: textos elaborados pelo pesquisadores referentes a cada “categoria” da fauna presente no PEI.

Pendências:

- Aprofundamento das discussões a cerca dos programas de ação envolvendo o tema (pesquisa e manejo).
- Consolidação dos textos para o documento final do Plano de Gestão.

3. AMBIENTE FÍSICO

Componentes do subgrupo: Equipe do Instituto Geológico

3.1 Mineração

Antonio Carlos Lemos

O Departamento Nacional de Pesquisa Mineral - DNPM é o órgão responsável pelo acompanhamento das atividades minerárias em todo o país. Informações genéricas sobre a situação dos empreendimentos minerários estão disponíveis aos que necessitarem. O Instituto Geológico adquiriu disquetes elaborados pelo DNPM, referentes a 1995, e a partir deste material procedeu a uma pesquisa específica para o Parque Estadual Intervales.

Resultados parciais:

- Carta escala 1:50:000 com todos os registros DNPM dentro das seguintes fases do processo de mineração:

- Requerimento (alvará de pesquisa)
- Autorização de pesquisa
- Requerimento de lavra
- Concessão de lavra

- A grosso modo foram detectados 200 processos no Parque Estadual Intervales, incluídos alguns fora da área do parque. Com concessão de

lavra os processos chegam a 17, incluídos alguns fora da área do parque.

- Do ponto de vista de avaliação da situação do parque, alguns pontos podem ser enfatizados:

- A base de dados já tem um ano, mas não é possível trabalhar-se, a princípio, com informações mais atualizadas.

- Quando os títulos são concedidos pelo DNMP, do ponto de vista legal, a não realização do projeto minerário implica em indenização.

- Legalmente, parques estaduais não admitem atividades econômicas em seu interior.

- Para enfrentar a situação, fazem-se necessárias gestões políticas junto ao DNPM.

- Entretanto, na SMA as questões minerárias estão sendo conduzidas ainda de forma confusa.

Pendências:

- Proceder à análise dos processos em cada uma de suas fases, verificando, inclusive, o aspecto caducidade.

- Proceder à versão final da carta de mineração.

3.2 Geomorfologia

Eunice Antoniette & Lídia Keiko Tominaga

A intenção é se ter um produto “enxuto”, que forneça informações genéricas mas organizadas. A base das informações é o Macrozoneamento da APA da Serra do Mar, elaborado pela CPLA/SMA, que traz para a área do Parque Intervales, 50 unidades geomorfológicas, e o mapa geomorfológico do estado de São Paulo, recentemente elaborado pela USP.

Resultados parciais:

- Carta geomorfológica escala 1:50.000.

- As unidades geomorfológicas foram compiladas em 16 para o parque.

- Em cada unidade os ambientes são diferentes e as fragilidades são diferentes. A informação refere-se a tipos de relevo, por inferência.

- No mapa, os tons mais “quentes” indicam os ambientes mais frágeis.

Pendências:

- Realizar estudos mais detalhados em áreas que terão potenciais de uso.

- Proceder à versão final da carta geomorfologia.

- Texto base sobre a geomorfologia do parque

3.3 Clima

Miriam R. Gutjhar

Para realização do trabalho foi utilizado como base uma carta hipsométrica . Os dados utilizados de pluviosidade e temperatura são referentes à bacia do Vale do Ribeira, disponíveis em escala 1:250.000, além dos dados da estação meteorológica da região da Sede do Parque Estadual Intervales.

Resultados parciais:

- Seis cartas escala 1:50.000:
 - Hipsométrica
 - Temperatura mínima
 - Temperatura média
 - Pluviosidade mínima
 - Pluviosidade média
 - Pluviosidade máxima

Pendências:

- Necessidade de disponibilidade de mais dados para a compartimentação.
- Proceder à versão final das cartas.
- Texto base sobre os aspectos de climatologia do parque

3.4 Geologia

Franciso A. P. Negri

A carta geológica básica do parque está sendo elaborada a partir das informações disponíveis em trabalhos da CPRM (1985) e do IPT (1988) sobre a região. Trata-se de um produto genérico, que traz a localização dos grandes temas geológicos para a área.

Resultados parciais:

- Carta escala 1:50.000, apresentando a ocorrência e distribuição de rochas carbonáticas, rochas filíticas, granito e as fraturas.

Pendências:

- Versão final da carta geológica.
- Texto base sobre aspectos de geologia da área do parque.

4. VEGETAÇÃO

Componentes do subgrupo: Isabel Mattos - IF

Mizué Kirizawa - IBt

Waldir Mantovani - USP

O trabalho relativo à vegetação pretende estabelecer os padrões fisionômicos presentes na área do parque. Para tanto, a fonte dos dados

utilizados são fotos aéreas da década de 80 e imagens de satélite de 1993, além das cartas elaboradas para o Macrozoneamento da APA da Serra do Mar. Para a análise dos padrões fisionômicos, estão sendo utilizados os dados de pesquisas realizadas no próprio Parque Intervales.

Resultados parciais:

- Carta escala 1:50.000, com as seguintes classificações:
 - Floresta Atlântica
 - Floresta estacional semidecidual
 - Uso antrópico (vegetação herbácea ou solo nu)

Pendências:

- Versão final da carta de vegetação.
- Texto base sobre a análise dos padrões fisionômicos.

5. ENTORNO

Componentes do subgrupo: Sandra Guanaes - CPLA/SMA
Sandra Almeida - CPLA/SMA
Rosana Mirales - Seplan
Maria Inês Maricondi - ITESP
Fernando Kanni - PMRG
Ocimar Bim - PEI
Wagner Portilho - PEI

A discussão acerca do entorno do Parque Estadual Intervales vem se dando sob dois parâmetros: aspectos sócio-econômicos relativos aos cinco municípios que compõem o parque e a questão específica das glebas Xiririca A e B.

Dentro da questão Xiririca, há o agravante de haver quatro comunidades remanescentes de quilombos conhecidas e identificáveis - Ivapurunduva, Pilões, Maria Rosa e São Pedro. Ou seja, parte das áreas ocupadas por estas comunidades tradicionais sobrepõe-se à área de demarcação do parque, sendo que foi instaurado um Inquérito Civil Público, pelo Ministério Público Federal, “visando adotar e fazer adotar aos órgãos públicos envolvidos, todas as medidas cabíveis para a identificação e demarcação física de todas as comunidades remanescentes de quilombos da região, quer conhecidas, quer as que venham a ser conhecidas, prevenindo responsabilidades e especialmente, visando o efetivo respeito às normas constitucionais” (Portaria n 05, de 06/05/96).

Foi instituído, também, um Grupo de Trabalho (Decreto n 40.723, de 21/03/96), “para dar plena aplicabilidade aos dispositivos constitucionais que conferem o direito de propriedade aos remanescentes de quilombos”. A representante da SMA é a técnica da CPLA, Sandra Guanaes, o que nos possibilita o acompanhamento da discussão no âmbito do grupo, com vistas ao Plano de Gestão do Parque Estadual Intervales.

Resultados parciais:

- Texto base “Diagnóstico sócio-econômico do entorno do Parque Estadual Intervales”. O anexo 3 apresenta alguns dos indicadores sócio-econômicos da região.
- Informações preliminares cartográficas e em textos sobre a malha fundiária do parque nos perímetros relativos às glebas Xiririca.
- Diagnóstico da situação da população moradora nas glebas Xiririca, com ênfase (temporária) para as quatro comunidades remanescentes de Quilombos. Para tanto, foram realizadas três visitas à área pelo subgrupo.

Pendências:

- Continuidade nos encaminhamentos relativos aos Quilombos e às demais comunidades das glebas Xiririca, com a realização de outras viagens à área.
- Diagnóstico das comunidades do entorno relacionadas à região da sede e à base Saibadela.
- Aprofundamento da pesquisa junto ao ITESP sobre a situação fundiária do parque e dos proprietários do entorno.

6. INTEGRAÇÃO COM AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO VIZINHAS

Componentes do sub-grupo: José Luiz Maia - DRPE/IF
Adriana Oliva - DRPE/IF
Sílvia Jordão - DRPE/IF
Ocimar Bim - PEI/FF
Cyro Braga - PEI/FF
Bento Vieira - PECB/IF
Roberto Burgi - PETAR/IF

Uma gestão integrativa do Parque Estadual Intervales às demais unidades de conservação vizinhas - Parque Estadual Carlos Botelho, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) e Estação Ecológica de Xitúé - é primordial dentro do conceito de *continuum* ecológico, que neste caso abriga mais de 120.000 ha de área preservada.

É evidente a necessidade do desenvolvimento e implantação de um plano de ações, de caráter integrado, entre as unidades de conservação da região, visando a promoção simultânea e harmônica da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável.

Resultados parciais:

- Como resultado das discussões estabelecidas no âmbito do grupo, a assessoria da DRPE preparou uma proposta onde 10 programas possibilitam ganhos comuns para as quatro unidades de conservação, dentro das seguintes metas:

- Estabelecimento de uma política comum para o manejo sustentado e conservação dos remanescentes florestais abrigados pelas UCs envolvidas;
- Integração das estratégias de gestão e administração das UCs envolvidas, considerando o *continuum* ecológico como fator fundamental para o planejamento de ações;
- Inserção das questões sócio-econômicas e culturais da região, através da incorporação dos agentes da sociedade e da perspectiva de desenvolvimento regional no planejamento e gestão das Ucs;
- Otimização dos recursos utilizados para proteção e desenvolvimento das UCs envolvidas.

• Os programas propostos são os seguintes:

- Planejamento/admsitração
- Proteção/fiscalização
- Jurídico/patrimonial
- Educação ambiental/uso público
- Pesquisa
- Apoio ao licenciamento ambiental
- Recuperação de áreas degradadas
- Interação sócio-ambiental
- Parcerias

Pendências:

- Aprofundamento da discussão das propostas pelo grupo, para a viabilização das ações.

7. BALANÇO DAS ATIVIDADES NO P.E. INTERVALES

A intenção é proceder-se a um balanço do que foi realizado desde o início das atividades pela Fundação Florestal, avaliando os resultados obtidos no sentido de planejar-se a continuidade das ações de forma mais eficiente e absolutamente compatível com os objetivos de um parque estadual.

Resultados parciais:

- O anexo 4 traz tabelas com um resumo das atividades, a avaliação pontual e as propostas futuras.
- Foram redigidas tabelas com os balanços das atividades de administração, vigilância e manejo.

Pendências:

- Redigir tabelas com as atividades de ecoturismo, educação ambiental e pesquisa (observar que pesquisa e ecoturismo são temas tratados na segunda parte do seminário, e que desta forma apresentarão também resultados parciais).
- Aprofundar as avaliações, em todos os níveis.

8. LEGISLAÇÃO

Componentes do subgrupo: Equipe de assessoria da DRPE

José Luiz Maia

Silvia Jordão

Adriana Oliva

No decorrer do seminário, o tema legislação não foi apresentado, mas os componentes do grupo se puseram à disposição para a discussão de propostas que aconteceria posteriormente.

Resultados parciais:

- Texto base sobre legislação ambiental incidente na área do parque, que apresenta um levantamento detalhado de todas as legislações, nos âmbitos federal e estadual, com ênfase aos aspectos ambientais. Dentre estas legislações encontram-se aquelas relativas à definição, criação e regulamentação de unidades de conservação, política ambiental, áreas de preservação permanente, proteção do patrimônio espeleológico, proteção de espécies da fauna ameaçadas de extinção, licenciamento ambiental de empreendimentos no interior e nas áreas envoltórias das UCs, corte/supressão de vegetação, mecanismos de compensação financeira etc.

Pendências:

- Complementação com a legislação ambiental, quando existente, dos cinco municípios abrangidos pelo Parque Estadual Intervales (Iporanga, Eldorado Paulista, Sete Barras, Guapiara e Ribeirão Grande).
- Aprofundar a análise dos aspectos legais no que se refere às ações do parque. Para tanto, faz-se necessário o auxílio de assessores jurídicos.

Etapa 2: RESULTADOS DOS DEBATES REALIZADOS POR GRUPOS TEMÁTICOS DURANTE O SEMINÁRIO

Os grupos formados foram os seguintes:

GRUPO 1: Zoneamento

Francisco Corrêa Sêrio - IF

Isabel F. De Aguiar Mattos - DFEE/IF

Lidia Keiko Tominaga - IG/SMA

Eunice Antoniette - IG/SMA

Hélio Shimada - IG/SMA

GRUPO 2: Programas de ação - Administração e integração com as UCs vizinhas

José Luiz Maia - DRPE/IF

Ocimar Bim - PEI/FF

Luiz Fernando Feijó - DO/FF

GRUPO 3: Programas de ação - Educação Ambiental e ecoturismo

Célia Serrano - NEPAN/UNICAMP
Fernando Kanni - PM Ribeirão Grande
José Flávio de Oliviera - CEAM/SMA
Roney Perz dos Santos - CINP/SMA
Francisco A. Negri - IG/SMA
Márcia Maria Simões - PEC/FF

GRUPO 4: Programas de ação - Pesquisa científica e manejo/produção

Renato Lorza - DAT/FF
Pedro Gnaspini - IB/USP
Adriana Oliva - DRPE/IF
Mizué Kirizawa - IBt/SMA
Renata Mendonça - Probio/SMA
Wesley R. Silva - IB/UNICAMP

GRUPO 5: Entorno local e regional

Sandra Almeida - CPLA/SMA
Sandra Guanaes - CPLA/SMA
Antonio Carlos Lemos - IG/SMA
Miriam Gutjahr - IG/SMA
Suzete - PEC/FF

A seguir, os resultados das discussões dos grupos:

1. ZONEAMENTO

Tão importante quanto a definição do zoneamento é compreender o seu caráter dinâmico.

O emprego de sistema automatizado no planejamento e uso da terra vem se consolidando dia a dia. A nível macro e em conservação de solo, já é uma realidade.

Diversos programas existentes podem ser utilizados para tal fim. Algumas equipes do Instituto Florestal estão pesquisando o uso do "EMAP - Programa de Manipulação de Mapas Temáticos", desenvolvido por VanLier & Sparovek (1994), que além de inúmeras outras vantagens, como sua facilidade de aplicação, passível em equipamentos de pequeno porte e do programa todo constituir-se de um único disquete, encontra-se disponível gratuitamente, mediante cadastro, no Departamento de Solos da ESALQ/USP.

SINOPSE PARA O DELINEAMENTO DAS ZONAS

Parâmetros: Interpretação da vegetação, geomorfologia, relevo, ocupação e uso atual.

ZONA INTANGÍVEL: Floresta primitiva e escarpas mais íngremes.

ZONA PRIMITIVA: Contato da intangível com as de uso extensivo.

ZONA DE USO EXTENSIVO: Já usual. Área onde se localizam as cavernas já utilizadas para o turismo.

ZONA DE USO INTENSIVO: Já usual.

ZONA HISTÓRICO-CULTURAL: Áreas onde estão presentes as comunidades de quilombos e demais comunidades tradicionais.

ZONA DE RECUPERAÇÃO: Área com interferência antrópica, conforme mapa de vegetação.

ZONA DE USO ESPECIAL: Área usual, inclusive de pastagem, conforme avaliação mais aprofundada.

ZONA DE INTERFERÊNCIA EXPERIMENTAL: Para o desenvolvimento de projetos experimentais de produção, como o palmito e a produção animal.

Com relação à cartografia, sobre o mapa de vegetação foi delineado, a grosso modo, o zoneamento aqui apresentado.

Fechamento: tendo sido esta uma primeira discussão acerca do zoneamento do parque, faz-se necessário o aprofundamento, mesmo a nível de plano emergencial.

2. PROGRAMAS DE AÇÃO - ADMINISTRAÇÃO E INTEGRAÇÃO COM AS UCs VIZINHAS

A discussão do grupo se deu a nível de administração e integração das unidades de conservação contíguas.

Propostas:

- Aperfeiçoamento das ações de integração no programa de fiscalização: efetivação de reunião (ou seminário) envolvendo:
 - comando da Polícia Florestal de Capão Bonito;
 - diretores das três unidades de conservação;
 - DEPRN;
 - representantes da FF e IF.

- Oficialização do grupo de integração, ora existente, com citação no Plano de Gestão Emergencial (Bento, Burgi, Ocimar, Cyro, Maia, Feijó, Kátia).

- Principais atribuições do Grupo de Integração:
 - Operacionalização do *continuum* ecológico, através da priorização e implantação dos programas listados (pelo subgrupo Integração);
 - Valoração econômica dos recursos ambientais.

- Ações que poderiam ser desenvolvidas de imediato:
 - Levantamento e situação atual dos programas existentes nas três UCs;
 - Identificação das principais interfaces existentes entre as três UCs;
 - Priorização e planejamento de ações a serem executadas a curto, médio e longo prazo.

- Demais sugestões efetuadas:
 - Introdução de novo programa de integração entre as UCs. Exemplo: Programa de capacitação profissional (curso de formação de monitores de campo);
 - Elaboração de folheto e/ou manual sobre as atrações/atividades do *continuum* ecológico.

3. PROGRAMAS DE AÇÃO - ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Até este momento não havia, ainda, o estabelecimento de um grupo de discussão para estas questões. Desta forma, o grupo considerou que suas considerações/propostas são limitadas e que devem ser aprofundadas:

- Na questão do ecoturismo uma primeira preocupação deve se dar com relação à integração regional e envolvimento das comunidades locais.
- O Plano de Gestão Emergencial deve respeitar o zoneamento, participando da discussão para o seu estabelecimento.
- Outros grupos nos quais o ecoturismo deve estar inserido são entorno e integração regional.

Aspectos relativos às atividades de ecoturismo praticadas na região da Sede do PEI:

- Indica-se que na região da Sede do PEI haja continuidade, com vistas à sustentabilidade.
- De maneira geral é necessário capacitar-se a mão de obra envolvida na atividade (monitoria, hotelaria, recepção, administração).
- É preciso aumenta-se o numero de produtos oferecidos, bem como a flexibilização de seus usos, para incrementar a demanda.
- Melhorar o marketing e a venda do produto Intervalles.
- Iniciar um estudo sobre Capacidade de carga.
- Dar continuidade ao acompanhamento de pesquisas junto aos usuários.

- Estruturar o Centro de Visitantes com um acervo mais organizado, um museu melhor montado e a possibilidade de acesso dos interessados à produção científica gerada no parque.
- A médio e longo prazo julga-se saudável a integração das três UCs como conjunto, como polo turístico onde são desenvolvidas atividades comuns.

Aspectos relativos à implantação da atividade de ecoturismo no Vale do Ribeira:

- No Vale do Ribeira pode ser considerada uma área para desenvolvimento turístico com a condição de integração dos fatores sociais presentes, sendo que o parque tem por obrigação procurar o diálogo junto às comunidades e seus representantes e só a partir daí iniciar um processo de ocupação com o turismo. Nas áreas em que o ecoturismo ainda não tem abrangência, a proposta é buscar-se condições de legitimidade e real envolvimento junto às comunidades, ao invés de apressar-se um processo em que a comunidade fique a reboque, principalmente do ponto de vista de sustentabilidade.
- Pelo fato do Vale do Ribeira apresentar índices sócio-econômicos preocupantes (ou seja, é muito pobre) surge a seguinte questão: a comunidade local tem condições de se integrar a essa indústria?
- O grupo ressalta que o turismo não traz só benefícios, ele tem impactos muito sérios e, embora a tendência seja de avaliar-se o ecoturismo como uma atividade saudável para o ambiente e as comunidades, não se pode ignorar seus efeitos.
- Não se pode considerar como benefícios à qualidade de vida da população local efeitos como: segregação espacial, favelização, especulação imobiliária, geração de subemprego.

Sobre educação ambiental:

- Retomada do programa de visitação regional, como difusão de informação ambiental e legitimidade da unidade de conservação.

4. PROGRAMAS DE AÇÃO - PESQUISA CIENTÍFICA E MANEJO/PRODUÇÃO

A discussão do grupo sobre a pesquisa científica no Parque Estadual Intervales, traz as seguintes considerações/propostas:

- Manter o Comitê Científico, enfatizando suas atribuições de definição de diretrizes (prioridades de linhas de pesquisa). A este respeito, foi colocado que o documento que vem norteando o trabalho do Comitê Científico, no sentido de indicar quais as linhas prioritárias para a área, elaborado em 1990, ainda é atual (Diretrizes para a pesquisa científica na Fazenda Intervales para a gestão 90/94).

- A Fundação Florestal deve:
 - continuar garantindo a infra-estrutura para a realização dos projetos de pesquisa;
 - ampliar o universo de pesquisas para a amostragem dos vários estratos (possibilitar a presença do pesquisador em outras bases além das já disponíveis);
 - gerar programa de captação de recursos para financiamento da atividade de pesquisa no parque.

• Foi avaliado que existe uma concentração pesquisa em duas áreas físicas do parque: Sede e Saibadela, sendo que a diversidade existente na área possibilitaria um campo de biodiversidade mais amplo. A falta de infra-estrutura para abranger a área como um todo restringe a possibilidade de conhecimento da área. Neste momento a Fundação Florestal apresentou a proposta do “Núcleo de pesquisa- Base Saibadela”, resultado de uma discussão com um grupo de pesquisadores.

Observação: durante o debate foi citado que a CINP está trabalhando na organização de um workshop sobre pesquisa visando a elaboração de subsídios para a estruturação de uma política de pesquisa para a SMA.

Sobre manejo/produção, as colocações/propostas apresentadas foram:

- Continuidade nas atividades de manutenção (horta, viveiro, estradas, paisagismo).
- Continuidade das atividades de recuperação de áreas.
- Continuidade das atividades de difusão de tecnologia (manejo sustentado do palmito, produção de mudas).
- Viabilização das atividades de geração de renda e receita (palmito, venda de mudas, plantas ornamentais, plantas medicinais).

5. ENTORNO LOCAL E REGIONAL

Nas questões fundiárias:

- Elaborar diagnóstico sócio-ambiental das comunidades de São Pedro, Ivaporunduva, Pilões e Maria Rosa por representarem as comunidades mais próximas às glebas recém incorporadas ao PEI e portanto significarem conflito potencial.
- Solicitar ao ITESP o diagnóstico fundiário do entorno do PEI, priorizando as glebas A e B.
- Proceder a levantamento sócio-ambiental das outras comunidades do entorno, em especial àquelas que configuram conflitos.

- Acompanhar, inclusive fornecendo subsídios, os trabalhos de regularização fundiária das terras afetadas aos remanescentes de quilombos do entorno do PEI.
- Discutir e propor um projeto piloto de manejo sustentado para as quatro comunidades remanescentes de quilombos, sob uma definição política mais geral do governo na questão e sob as possibilidades legais (legislação de parques).
- Desenvolver ações integrativas que propiciem negociações com os segmentos sociais organizados da área. Num primeiro momento com as comunidades organizadas de Xiririca e num segundo momento com as demais comunidades.

Com relação ao entorno local e regional, a proposta do subgrupo de “Integração com as UCs vizinhas”, a partir do conceito de *continuum* ecológico, é adequada e interessante, apontando perspectivas concretas, que, entretanto, somente se concretizarão dentro de uma definição mais ampla, em termos de:

- situação frente à política da SMA relativa às UCs;
- definição e equacionamento do conceito de parceria, tanto em termos de programas técnicos, como em termos de recursos financeiros. Somente isso possibilitará a sustentação e manutenção do grupo técnico em operação para o Plano de Gestão Emergencial do PEI, que tem caráter inter-institucional (CPLA, ITESP, IG, IF, IAC, universidades, e outros).

Etapa 3: AVALIAÇÃO E PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS PARA O PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL

Ao final do seminário, os participantes dividiram-se em três grupos, que procederam a avaliação do processo até o momento e indicaram os encaminhamentos para o plano. Reproduziremos de forma sucinta estas contribuições:

Avaliação geral do processo:

- É preciso melhorar a articulação entre os subgrupos, com maior circulação do material técnico.
- Envolver os municípios (prefeituras e lideranças locais) no processo rapidamente, o que já deveria ter sido feito. No caso das prefeituras, deve ser considerado o momento político desfavorável (véspera de eleições) nas proposições do plano.
- Elaborar-se um “boneco” do Plano de Gestão, que deve circular entre os colaboradores, para análise e alterações.

- As questões acerca do ecoturismo e da mineração devem ser melhor tratadas. O ecoturismo não recebeu o tempo suficiente para elaboração das idéias e propostas e a mineração necessita de amparo jurídico.

Encaminhamentos:

- Continuidade e detalhamento dos trabalhos dos subgrupos.
- Publicação do plano: uniformizar os dados; dar prioridade à digitalização dos produtos cartográficos.
- Promover a amarração dos temas: cartas temáticas, ecoturismo, zoneamento, através do trabalho conjunto dos subgrupos correspondentes, promovendo a fase de análise da paisagem, já prevista no plano.
- Questões fundiárias: avaliar com cuidado as possibilidades de exclusão e inclusão de áreas.
- Legislação: encaminhar a questão à assessoria jurídica para amparo com relação às novas políticas de legislação de parques.
- Equacionamento das atividades de manejo sustentado no interior do parque.
- Equacionamento dos recursos para a execução do plano.

Ainda no sentido de reproduzir as contribuições dos grupos, o texto produzido pelo grupo “Zoneamento” traz uma visão genérica do processo de elaboração do Plano de Gestão Emergencial do PEI por parte dos colaboradores:

“É relevante a capacidade da Fundação Florestal arregimentar pessoas, de diferentes formações e origens para realizar tal tarefa.

É relevante a dedicação destas pessoas para realizarem a tarefa.

Esta conjunção deixa claro que o trabalho não deve encerrar-se após a elaboração do “Plano de Gestão Emergencial”.

Vamos realizá-lo, e com certeza com muita objetividade e capacidade de execução, com base nos dados disponíveis.

Entretanto, considerando a abertura demonstrada pela Fundação Florestal e a receptividade alcançada, a importância e atualidade do tema e a diversidade de fatores que o Parque Estadual Intervales possui, deve o trabalho continuar. A riqueza destes componentes, com certeza proporcionarão resultados que, além de contemplarem demandas locais, deverão constituir modelos de estratégias, técnicas e metodologias para o avanço da política e gestão dos recursos ambientais.”

São Paulo, junho de 1996.

ANEXO I

PARQUE ESTADUAL INTERVALES
PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL

Lista de participantes do Seminário "Resultados parciais", realizado em 30 e 31/05/96

1. Antonio Carlos Lemos - IG
2. Adriana Oliva - IF
3. Célia Serrano - Nepam/Unicamp
4. Francisco Sérgio - IF
5. Isabel Mattos - IF
6. Maria do Carmo Botelho - FF
7. Devancir A. Romão - IEA/SAA
8. Cláudio Maretti - FF
9. Miriam R. Gutjabr - IG
10. Elaine R. dos Santos - Reserva da Biosfera
11. Eunice Antonietti - IG
12. Fernando Kami - PM Ribeirão Grande
13. Mizué Kirizawa - IBT
14. Marie Sugiyama - IBM
15. Antonio Luiz Teixeira - IG
16. José Luiz C. Maia - IF
17. Nádia S. dos Santos - FF
18. Ocimar Bim - PÉ/FF
19. Luiz Fernando Feijó - FF
20. Sandra Almeida - CPLA
21. Kátia Pisciotta - FF
22. Renato Sales - FF
23. Renato Lorza - FF
24. Antonio Carlos Melo - FF
25. Maria Inês Maricoudi - FIESP
26. Renata Mendonça - Probio
27. Cleide de Oliveira - PEC/FF
28. Edson Muratori - PEC/FF
29. Francisco Negri - IG
30. Sandra Guanaes - CPLA
31. Wesley R. Silva - Unicamp
32. José Flávio de Oliveira - CEAM
33. Pedro Gnaspini - USP
34. Hélio Shimada - IG
35. Lidia Keiko - IG
36. Maurício Marinho - IF
37. Roney Perez dos Santos - CINP
38. Suzete Camargo - PEC/FF
39. Márcia Camillo - PEC/FF

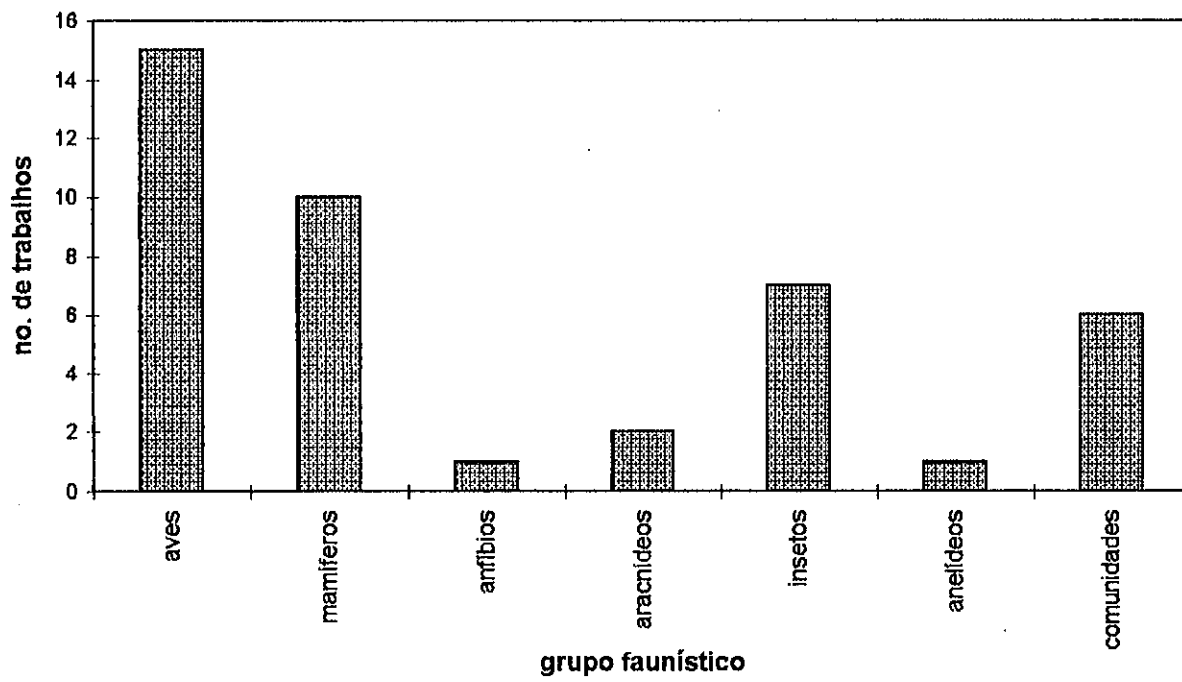
**PARQUE ESTADUAL INTERVALES
COMPILAÇÃO DOS DADOS SOBRE FAUNA**

| FAUNA | NÚMERO DE ESPÉCIES REGISTRADAS | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|
| MAMÍFEROS <i>Fábio Olmos</i> <i>Instituto Florestal</i> | 80 espécies no total 24 morcegos 20 roedores 8 marsupiais estimativa total: entre 110 e 120 espécies | <ul style="list-style-type: none"> - PEI: uma das faunas de mamíferos mais bem estudada da Mata Atlântica. - Abriga espécies ameaçadas. - O número de espécies observadas é um dos maiores já registrados em uma localidade de Mata Atlântica. - O PEI abriga fauna de mamíferos mais diversa do que outras áreas de Mata Atlântica, provavelmente sendo uma das áreas com maior diversidade de espécies deste grupo no bioma. - Estima-se que das espécies de mamíferos de Mata Atlântica, 40 % são endêmicas. No PEI destaca-se o mono carvoeiro, com uma população estimada em cerca de 250 indivíduos. - Diversas espécies de mamíferos ocorrem naturalmente em baixas densidades populacionais, necessitando de grandes extensões de habitat para manter populações viáveis a longo prazo. |
| RÉPTEIS <i>Fábio Olmos</i> <i>baseado em</i> <i>Ivan Szirma</i> <i>Unicamp</i> | 5 lagartos 2 anfisbenas 2 cágados 1 jacaré 18 serpentes | <ul style="list-style-type: none"> - O conhecimento sobre fauna de répteis no PEI encontra-se ainda em seu início. - O número de espécies de serpentes deverá aumentar bastante com a continuidade dos levantamentos. - Quanto aos lagartos, o potencial indicado de espécies é de 12. - Duas espécies constam da Portaria Ibama 1522/89: jacaré de papo amarelo (<i>Caiman latirostris</i>) e uma espécie de cágado (<i>Hydromedusa maximiliani</i>). - Cerca de 40 gêneros de serpentes e 25 lagartos seriam próprios do domínio Atlântico, com várias espécies consideradas endêmicas. Muitas destas são muito pouco conhecidas, mesmo com relação à sua distribuição. |
| ANUROS <i>Jaime Bertolucci</i> <i>USP</i> | 50 espécies estimativa: 70 | <ul style="list-style-type: none"> - O número de espécies certamente aumentará quando forem explorados ambientes de mata primária, o que não ocorreu até o momento. - A anurofauna de Intervalos contém espécies raras e uma endêmica. - A maior parte das espécies de sapos depende da integridade da cobertura vegetal para sua sobrevivência e reprodução. - O charco ao lado da sede de pesquisa mostrou-se como um ambiente rico, servindo como sitio reprodutivo para pelo menos 23 espécies. |

20

| FAUNA | NÚMERO DE ESPÉCIES REGISTRADAS | OBSERVAÇÕES |
|---|--|---|
| <p>AVES</p> <p><i>Wesley R. Silva</i> <i>Unicamp</i></p> | <p>350 espécies</p> | <ul style="list-style-type: none"> - A riqueza avifaunística do PEI é representativa das regiões de Mata Atlântica do sudeste do Brasil que ainda possuem áreas de vegetação em bom estado de conservação. O gradiente altitudinal existente (60 a 1100 m) é um dos fatores responsáveis pelo elevado número de espécies até agora encontrado. - Existem 40 espécies de aves no PEI que podem ser consideradas endêmicas ou quase endêmicas da Mata Atlântica. - os estudos indicam que a avifauna do PEI está muito próxima de sua condição nativa original e que as alterações antrópicas na região ainda não atingiram níveis drásticos. - O PEI abriga cerca de 20 espécies reconhecidamente ameaçadas de extinção. |
| <p>PEIXES</p> <p><i>José Sabino</i> <i>Unicamp</i></p> | <p>25 espécies</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Devido ao isolamento geográfico, os riachos da Floresta Atlântica abrigam uma fauna peculiar de peixes, com vários casos de endemismo. - O número de estudos relacionados a este tema é muito restrito. - Rios como o Saibadela representam bons modelos para a realização de estudos ecológicos, incluindo investigações sobre cadeias alimentares, relações tróficas entre organismos aquáticos e terrestres, dependência de alimento provindo da floresta e relações entre peixes e invertebrados. - Riachos que cortam a Floresta Atlântica em áreas pouco alteradas, como o rio Saibadela, apresentam riqueza em torno de 25 espécies de peixes. Por outro lado, em locais onde a floresta foi retirada existem apenas 8 a 10 espécies. |
| <p>ANIMAIS DE CAVERNAS</p> <p><i>Eleonora Trajano</i> <i>USP</i></p> | <p>24 morcegos pelo menos 15 espécies de invertebrados</p> | <ul style="list-style-type: none"> - A fauna cavernícola de Intervalas não é especialmente rica e diversificada, mas tem particularidades que a distinguem inclusive do vizinho PETAR - são cavernas extensivamente utilizadas por mamíferos com uma abundância relativa particularmente alta de opiliões, homópteros e grilos. - Além disso, há um número apreciável de espécies endêmicas entre os troglóbios, em geral com redução de olhos e pigmentação. A maioria dessas espécies ainda não foi sequer descrita ou estudada em detalhe. |

No. de trabalhos por grupo faunístico no PEI



Por: Wesley R. Silva

DADOS SOCIO-ECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO LEGAL DO PARQUE ESTADUAL INTERVALES

| DEMOGRAFIA - POPULAÇÃO E MORTALIDADE INFANTIL | | | | |
|---|------------|-------------|------------|---------------------------------------|
| MUNICÍPIO | POP. TOTAL | POP. URBANA | POP. RURAL | MORTALIDADE INFANTIL POR MIL./N.V. |
| ELDORADO | 13.121 | 5.763 | 7.358 | 25,84 |
| IPORANGA | 4.621 | 1.649 | 2.972 | 10,87 |
| GUAPIARA | 18.258 | 5.690 | 12.568 | 34,09 |
| RIB. GRANDE | 6.170 | 1.719 | 4.451 | 20,20 |
| SETE BARRAS | 12.467 | 4.325 | 8.142 | 34,13 |

| SANEAMENTO BÁSICO DOMICÍLIOS PARTICULARES URBANOS LIGADOS A REDE DE ÁGUA E ESGOTO. | | | |
|---|------------|--------|----------|
| MUNICÍPIO | DOMICÍLIOS | % ÁGUA | % ESGOTO |
| ELDORADO | 1.352 | 98,74 | 66,64 |
| IPORANGA | 387 | 93,02 | 75,71 |
| GUAPIARA | 1.353 | 90,39 | 37,77 |
| RIBEIRÃO GRANDE* | 456 | 95,00 | 52,00 |
| SETE BARRAS | 995 | 99,60 | 66,63 |

| SANEAMENTO BÁSICO DOMICÍLIOS PARTICULARES URBANOS E RURAIS LIGADOS A REDE DE ÁGUA E ESGOTO | | | |
|--|-----------|--------|----------|
| MUNICÍPIO | DOMICÍLIO | % ÁGUA | % ESGOTO |
| ELDORADO | 3.824 | 38,94 | 20,76 |
| IPORANGA | 1.494 | 34,74 | 17,60 |
| GUAPIARA | 4.059 | 32,20 | 18,42 |
| SETE BARRAS | 3.717 | 35,70 | 12,54 |
| RIBEIRÃO GRANDE* | 1.550 | 34,00 | 19,00 |

| EDUCAÇÃO - TAXA DE ANALFABETISMO | |
|----------------------------------|-----------------------|
| MUNICÍPIO | TAXA DE ANALFABETISMO |
| ELDORADO | 25,44 |
| IPORANGA | 31,36 |
| GUAPIARA | 24,75 |
| RIBEIRÃO GRANDE | 17,24 |
| SETE BARRAS | 23,31 |

Fonte: Fundação Seade

* Dados estimados

23

| RENDIMENTO | | | | | | | | | | | | | |
|--|-------|-------|-------|-------|--------|---------|---------|---------|--------------|------------------------------------|-------|--------|-------|
| CHEFES DE DOMICÍLIOS SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO EM SALÁRIOS MÍNIMOS | | | | | | | | | | RENDA MÉDIA EM SALÁRIOS MÍNIMOS | | | |
| MUNICIPIO | ATE 1 | 1 A 2 | 2 A 3 | 3 A 5 | 5 A 10 | 10 A 15 | 15 A 20 | + DE 20 | SEM RENDA | SEM DECLARAÇÃO | TOTAL | URBANA | RURAL |
| ELDORADO | 31.73 | 33.29 | 10.91 | 7.91 | 6.42 | 2.19 | 0.80 | 1.33 | 5.09 | 0.33 | 2.65 | 3.60 | 1.88 |
| GUAPIARA | 43.33 | 33.70 | 9.41 | 4.33 | 3.71 | 0.87 | 0.67 | 0.77 | 2.89 | 0.31 | 1.86 | 3.02 | 1.30 |
| IPORANGA | 31.08 | 34.97 | 7.61 | 4.27 | 2.32 | 0.93 | 0.19 | 0.28 | 17.81 | 0.56 | 1.44 | 2.33 | 0.95 |
| R.GRANDE. | 32.40 | 10.14 | | | | | | | 39.33 | | | | |
| 7 BARRAS | 25.31 | 34.99 | 15.06 | 10.45 | 8.88 | 2.62 | 0.77 | 1.75 | 0.14 | 0.03 | 3.32 | 4.74 | 2.54 |

| MERCADO DE TRABALHO - NÚMERO MÉDIO MENSAL DE EMPREGADOS, ASSALARIADOS DO SETOR PRIVADO COM CARTEIRA ASSINADA E ASSALARIADOS DO SETOR PÚBLICO PERÍODO - JANEIRO A OUTUBRO / 1.994 EM % | | | | | |
|---|-----------|----------|---------|--------|------------|
| MUNICIPIO | INDÚSTRIA | COMERCIO | SERVICO | OUTROS | TOTAL (1) |
| ELDORADO | 36.21 | 14.37 | 32.94 | 16.47 | 856 |
| GUAPIARA | 42.10 | 11.96 | 35.87 | 10.07 | 1.380 |
| IPORANGA | 18.00 | 4.67 | 73.33 | 4.00 | 150 |
| RIB. GRANDE* | 20.00 | 6.00 | 4.00 | - | - |
| SETÉ BARRAS | 19.93 | 16.29 | 42.89 | 20.88 | 1.154 |

Fonte: Fundação Seade

(1) Números absolutos

* Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande

BALANÇO DAS ATIVIDADES - MANEJO E PRODUÇÃO

| ATIVIDADES | AVALIAÇÃO da GESTÃO | PROPOSTAS |
|--|--|--|
| <p>1. Horta</p> | <p>- Ao longo do tempo consolidou-se como horta de produção orgânica, com níveis de produtividade razoáveis, que atende à demanda do parque. - Conta com nível de tecnologia satisfatório, com sistema de irrigação e estufa.</p> | <p>- Ampliar a produção. - Ampliar a diversidade de produtos. - Melhorar o nível de planejamento. - Melhorar os registros de fluxos de produção.</p> |
| <p>2. Projeto Manejo Sustentado do Palmeiro: - Realização de cursos para técnicos - Implantação da unidade de manejo na base Saibadela (160 ha) - Implantação de viveiro - Implantação do pomar de sementes</p> | <p>O projeto cumpriu seus objetivos básicos: - geração de índices técnicos para análise e aprovação de projetos semelhantes (DEPRN); - difusão da tecnologia de manejo sustentado do palmeiro na região do Vale do Ribeira</p> | <p>- Dar continuidade ao projeto no PEI. - Aplicar o projeto junto à comunidades do entorno do parque.</p> |
| <p>3. Produção animal: - avicultura - bovinocultura de leite - piscicultura</p> <p>E produção agrícola: - milho - aveia - feijão - adubo verde - outras culturas sazonais</p> | <p>Os objetivos primordiais desta atividade são: - integração com o programa de ecoturismo, no sentido de suprir as necessidades do restaurante; - servir como modelo para os produtores do entorno; - servir como programação alternativa para os visitantes. As atividades estão aquém do desejado, pela falta de mão de obra técnica para acompanhamento e avaliação.</p> | <p>- No âmbito do Plano de Gestão Emergencial, avaliar o impacto destas atividades.</p> |
| <p>4. Compostagem</p> | <p>- Absorve toda a matéria orgânica gerada no parque pela atividade de visitação, moradores e podas do paisagismo, bem como os resíduos dos animais de criação (aves e gado), resultando num composto de boa qualidade.</p> | <p>- Manutenção da atividade.</p> |

| ATIVIDADES | AVALIAÇÃO da GESTÃO | PROPOSTAS |
|----------------------------|---|---|
| 5. Viveiro de mudas | - Reflete o potencial de oferecimento de mudas para desenvolvimento de trabalhos de recomposição florestal e educativos. | - Melhoria das instalações e ampliação da produção. |
| 6. Coleta seletiva de lixo | - Atividade de sucesso cíclico, no geral, com resultado satisfatório. | - Reavaliação da estrutura e das estratégias educativas. - Ampliação para as bases de vigilância e para o entorno do parque. |
| 7. Reflorestamento | - Com o eucalipto os resultados foram muito satisfatórios, estando já em ponto de corte e uso. - O reflorestamento com araucária destinou-se à recuperação da espécie na região, de onde é nativa, somando-se intenções de manejo sustentado. em certas áreas o crescimento mostrou-se além do esperado. | - Avaliação da atividade produtiva. - Acompanhamento técnico dos reflorestamentos implantados. |
| 8. Recomposição de nativas | | |
| 9. Paisagismo | | |

BALANÇO DAS ATIVIDADES - ADMINISTRAÇÃO

| ATIVIDADES | AVALIAÇÃO da GESTÃO | PROPOSTAS |
|--|---|--|
| 1. Formação de uma equipe para suporte administrativo | - Em alguns momentos a equipe esteve completa e eficiente. Atualmente está muito reduzida, tendo suas atribuições também reduzidas com a entrada da Coopervales como responsável pelo restaurante do parque. | - Treinamento para otimização do quadro, bem como reposição de parte da equipe. |
| 2. Organização das áreas de trabalho | A divisão de trabalho assim estabelecida: - oficina mecânica; - almoxarifado; - manutenção e conservação (carpintaria e pedreiros, oficinas hidráulica e elétrica, e outros); - frota de veículos; mostra-se eficiente, dentro das limitações de pessoal e de recursos financeiros. | - Otimizar a mão de obra através de treinamentos. - Adequação e renovação da frota de veículos. |
| 3. Implantação do escritório regional do Vale do Ribeira | - Possibilitou melhor atendimento das demandas daquela região. | - Integração com outras unidades da SMA. - Ampliação do quadro funcional. |
| 4. Torna disponível todos os dados administrativos, de manutenção e custeio do parque | - O instrumento mais significativo produzido pelo PEI é o "Relatório gerencial mensal", que possibilita uma radiografia dos custos por atividade. | - Mais rapidez na elaboração dos relatórios e planilhas. - Otimização do uso dos dados gerados. |
| 5. Planejamento e execução de obras | - Toda implantação dos programas da Fazenda Intervalas foi realizada com custos mínimos e aproveitamento dos recursos materiais existentes, bem como mão de obra própria, dentro dos limites técnicos. | - Necessidade de recursos financeiros para investimentos, pois que todas as adaptações possíveis já foram realizadas. |
| 6. Melhoria das condições de trabalho através de equipamentos - fax/xerox/computadores/mobiliário e outros | - Ao longo do tempo os equipamentos adquiridos otimizaram as atividades, sendo que mostram-se já deficientes. Um exemplo é a linha telefônica única, que não atende a demanda do parque. | - Ampliação e atualização dos equipamentos de forma a serem compatíveis com as atividades desenvolvidas no parque. - Instalação imediata da linha telefônica 42.1245. |

BALANÇO DAS ATIVIDADES - VIGILÂNCIA

| ATIVIDADES | AVALIAÇÃO da GESTÃO | PROPOSTAS |
|--|--|--|
| <p>1. Manutenção dos pontos estratégicos de vigilância</p> | <p>Tais pontos cobrem toda a área. São eles: 9 bases 5 pontos de passagem e parada</p> | <p>No futuro é necessária a implantação de 2 ou 3 novos pontos estratégicos para a fiscalização das glebas Xirirca A e B.</p> |
| <p>2. Melhoria da estrutura física das bases - Construção de 11 casas - Implantação de 3 alojamentos - Reforma de 3 casas - Manutenção dos equipamentos para alojamentos e acampamentos em pontos de apoio e parada - Instalação de energia elétrica nas bases Saibadela e Quilombo - Implantação parcial do sistema de rádio-comunicação</p> | <p>As melhorias foram feitas dentro dos recursos financeiros e humanos disponíveis, com aproveitamento de materiais existentes</p> <p>- A instalação de rede de energia elétrica foi possível em função de um programa especial da CESP, a custos subsidiados.</p> <p>- Questões técnicas estão impossibilitando a implantação final do sistema.</p> | <p>- Construção de mais uma casa para vigilante na base Capinzal.</p> <p>- É necessária instalação de uma fonte energética (elétrica ou mesmo solar) nas demais bases que não dispõem deste recurso.</p> <p>- É preciso colocar o sistema de rádio definitivamente em funcionamento e ampliá-lo, integrando-o às Ucs vizinhas.</p> |
| <p>3. Implantação de frota mínima, com aquisição de 2 Toyotas, 3 motos e transferência de uma Pampa da administração para a vigilância.</p> | <p>- A frota é insuficiente.</p> | <p>- Necessidade de aquisição de pelo menos mais 2 Toyotas para otimização dos trabalhos possibilidade de manutenção dos veículos.</p> |
| <p>4. Manutenção e conservação dos acessos</p> | <p>- Com serviços contratados (Codasp), o serviço mostrava-se mais rápido.</p> <p>- Com equipe própria, os serviços ficaram mais eficientes.</p> <p>- Atualmente a equipe está prejudicada, em função das demissões e das transferências para vigilância.</p> | <p>- O equipamento disponível não permite a continuidade dos serviços com qualidade, portanto faz-se mais conveniente a contratação de serviço para manutenção preventiva (de porte) e a equipe do parque pode encarregar-se da manutenção corretiva.</p> |
| <p>5. Manutenção das divisas (limpezas de aceiros)</p> | <p>- Trata-se de uma atividade essencial para fiscalização da área.</p> <p>- Com serviços contratados os vigilantes dedicavam-se somente à fiscalização. Hoje este trabalho é realizado pela equipe de vigilância.</p> | <p>- Contratação a cada 2 anos de mão de obra para limpeza dos aceiros, sendo a manutenção feita pela vigilância.</p> |

| ATIVIDADES | AVALIAÇÃO da GESTÃO | PROPOSTAS |
|---|---|--|
| 6. Uniformização | - Na implantação do programa de vigilância a equipe foi uniformizada (89). Houve apenas uma reposição dos uniformes, ou seja, a maior parte do tempo as equipes não estiveram uniformizadas. | - Reposição sempre que necessária. - Padronização com as demais Ucs. |
| 7. Manutenção e aquisição de armas de fogo | - O PEI dispõe de 25 revólveres calibre 38, quantidade considerada satisfatória. | - Treinamentos periódicos são necessários. |
| 8. Treinamentos | - Foram realizados 4 cursos: Primeiros socorros Legislação Ambiental Utilização de armas de fogo Encontro dos vigilantes do PEI/PETAR/PECB Pode-se dizer que todos trouxeram para a equipe melhor qualificação e estímulo. | - Realização de, no mínimo, 2 cursos por ano. |
| 9. Criação da caderneta de ocorrência ambiental | - Instrumento de coleta de dados importante para a gestão do parque. - representa um estímulo para o vigilante, que mostra resultados concretos de seu trabalho de observador e conhecedor da área. | - Sistematização imediata dos dados coletados. - Aprimoração da coleta de dados. |
| 10. Realização de uma média de 300 km de rondas por mês (a pé), com verificação in loco das infrações e observação das ocorrências | - É um método funcional, que possibilita a verificação das áreas no interior do parque, de forma constante. | - Dar melhores condições de trabalho às equipes: - garantia de duplas de vigilantes - providenciar rádios móveis |
| 11. Integração das equipes de vigilância do PEI e unidades vizinhas | - Processo inicial e já muito produtivo. | - Ampliar e ir além das questões de fiscalização. |
| 12. Parceria Coopervales x FF x Prefeitura de Ribeirão Grande | - A reposição de 10 vigilantes através desta parceria possibilitou a recomposição do quadro de vigilantes. | - Ampliação, até atingir-se o quadro anterior às demissões (35 vigilantes), além da formação de um quadro de vigilantes para as glebas de Xirirca A e B. |

São Paulo, 1 de julho de 1996.

Carta DO/FF 011/96

**Ref.: Plano de Gestão Emergencial
Parque Estadual Intervales**

Prezado colaborador

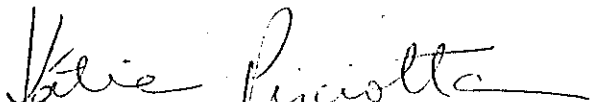
Estamos encaminhando a síntese dos trabalhos realizados durante o Seminário "Resultados parciais do Plano de Gestão Emergencial do Parque Estadual Intervales".

Trata-se apenas de uma síntese, sendo que muito do que foi discutido não foi aqui totalmente refletido, em função do volume de informações. A totalidade dos documentos gerados está à disposição para os que desejarem consultá-los, bem como a transcrição das gravações em fitas K7, que está em elaboração. Tais documentos comporão, logicamente, o documento final do Plano de Gestão Emergencial.

Após o seminário, algumas reuniões com subgrupos aconteceram, dando encaminhamento ao processo. Se ainda não estabelecemos contato, caso julgue necessário, procure-nos, para a continuidade de nossos trabalhos.

Aguardando suas críticas e agradecendo a valiosa colaboração,

Atenciosamente


Kátia Pisciotto
Coordenadora do Grupo de Trabalho